**Influência das redes sociais na política brasileira: desafios e mudanças**

**Introdução**

Desde 2018, a política brasileira tem mudado muito por causa das redes sociais. Elas passaram a ser muito importantes para contar histórias, mobilizar eleitores e radicalizar ideologias. A digitalização ou virtualização da política não mudou apenas os meios de comunicação, mas também fez com que os cidadãos participassem mais do debate público. Agora, os eleitores criam e espalham conteúdos políticos, deixando de ser um agente passivo para se tornar um agente ativo. Muitas vezes, esses eleitores foram responsáveis por fazer seus candidatos serem mais conhecidos, criando um novo modelo em que o engajamento orgânico é mais importante do que as campanhas tradicionais de marketing político.

Um exemplo desse fenômeno, foi o candidato, Jair Bolsonaro, quem foi eleito contando com toda essa estrutura política, e sendo um dos principais expoentes dessa nova roupagem, não por inteligência de marqueteiros, mas por sinalizar para uma ala conservadora, que ao longo dos anos, esteve longe do debate político profundo e estrutural, Jair Bolsonaro não conquistou apenas uma parcela antipetista, mas uma fatia dos religiosos fundamentalistas, conservadores e liberais. Estudos recentes, como o livro **O ódio como política** (SOLANO, 2024), analisam o perfil eleitoral de Jair Bolsonaro, destacando que seu eleitorado típico é composto por homens brancos de classe média e superior. Essa caracterização reforça tendências observadas em pesquisas acadêmicas e jornalísticas, que apontam para uma base social específica do bolsonarismo.

As plataformas digitais, como Facebook, Twitter (novo X), Instagram, WhatsApp e TikTok, se destacaram na discussão política, influenciando diretamente a decisão do voto e o resultado das eleições. Isso fez com que surgissem fenômenos como a polarização afetiva, a disseminação de desinformação e o ativismo digital, que têm criado novas formas de engajamento e participação na esfera pública. Estudos recentes mostram que 72% dos brasileiros usam as redes sociais como principal fonte de informação política (Reuters Institute, 2023), um aumento significativo em relação aos 58% registrados em 2018.

**Polarização Afetiva: Impactos e Desafios para a Democracia**

A polarização afetiva no Brasil ficou mais forte desde 2018 e influencia o comportamento político dos eleitores. Segundo Marques (2024), esse fenômeno é caracterizado por um forte sentimento de hostilidade entre grupos políticos opostos, fazendo com que os eleitores vejam os adversários como inimigos. Essa divisão extrema afeta a democracia, porque grupos com posições tão opostas podem justificar ações antidemocráticas para continuar no poder. Uma pesquisa do IPEA mostra que 34% dos brasileiros acham que é certo usar violência contra quem pensa diferente. Isso é um aumento preocupante, porque em 2020 eram só 22%.

As redes sociais vão além da função de simplesmente informar, se tornando poderosas ferramentas que aumentam as emoções, reforçam as bolhas ideológicas e afetam a construção da opinião pública. No Brasil, isso ficou claro com o crescimento de figuras políticas que usam as redes sociais para se comunicar sem depender de partidos tradicionais ou da mídia convencional. O que mais importa para elas é a viralização e o engajamento, que fazem com que elas cresçam e se consolidem como líderes na internet. Um relatório da FGV (2023) identificou que conteúdos agressivos têm 320% mais alcance que debates civilizados, alimentando um ciclo vicioso de radicalização.

Um exemplo de figura política que utiliza as redes sociais para ampliar sua influência é o deputado Nikolas Ferreira. Por meio de uma linguagem acessível, cortes estratégicos de vídeos e uma narrativa pautada na ideia de perseguição, ele conseguiu atrair milhões de seguidores. Sua atuação digital o consolidou como uma das principais vozes da juventude conservadora e cristã no Brasil, sendo frequentemente retratado como um porta-voz desse segmento.

"Os influenciadores digitais atuam estrategicamente na construção da opinião pública, utilizando narrativas persuasivas, estética visual e engajamento contínuo para estabelecer vínculos com seus seguidores. Seu modus operandi inclui a disseminação seletiva de informações, a criação de conteúdos emocionalmente carregados e a interação direta com o público, reforçando identidades e fortalecendo discursos políticos" (Oliveira, 2024).

Por isso, é muito importante entender os desafios impostos pela influência das redes sociais. A divisão extrema das pessoas, que é estimulada por algoritmos que promovem conteúdos que chamam muito a atenção, dificulta o diálogo democrático e fortalece os discursos de ódio. Além disso, a disseminação de notícias falsas e a manipulação da informação representam ameaças à integridade do processo eleitoral e à credibilidade das instituições democráticas. Durante as eleições de 2022, o TSE identificou e removeu 387 mil posts com desinformação, mas 42% deles continuaram circulando em mensagens privadas no WhatsApp e Telegram (TSE, 2023).

**Ativismo Digital e Mobilização Política**

Mas as redes sociais também são usadas de novas formas para ativismo e mobilização política. Os movimentos sociais usam essas redes para falar sobre seus problemas, organizar protestos e pressionar as autoridades. O ativismo digital, mesmo com desafios como a falta de permanência do engajamento e a necessidade de ações concretas fora da internet, tem mostrado um grande potencial para mudar a sociedade. O movimento #EleNão, por exemplo, teve 22 milhões de interações no Twitter em 2018, mostrando o poder de mobilização dessas plataformas.

Com o avanço da tecnologia, as redes sociais se tornaram o principal meio de informação sobre política para muita gente. O X, o Facebook, o Instagram e o TikTok, por exemplo, têm um papel muito importante na hora de espalhar notícias e influenciar a opinião do eleitorado. Mas isso também tem efeitos ruins, como a disseminação de notícias falsas e o aumento da polarização política. Um estudo da USP mostra que 68% dos usuários de redes sociais nunca veem opiniões diferentes das suas, o que reforça o que é chamado de "bolha digital".

​Pellizzari e Barreto (2019) exploram o fenômeno das "bolhas digitais", descrevendo-as como formas de confinamento informacional impostas aos usuários por meio de algoritmos em plataformas online. Esses algoritmos selecionam e apresentam conteúdos alinhados aos interesses e comportamentos prévios dos indivíduos, criando um ambiente informacional limitado. Esse processo pode restringir a exposição a perspectivas diversas, potencialmente afetando a formação de opiniões e o exercício da cidadania em contextos democráticos.

A rapidez com que as informações circulam nas redes sociais influencia diretamente a opinião dos eleitores. O fenômeno das "bolhas digitais" faz com que as pessoas vejam apenas conteúdos que confirmam o que elas já acreditam, diminuindo o espaço para o diálogo e o confronto de ideias. Isso pode fazer com que o debate democrático fique pior e os discursos extremistas se fortaleçam. Em 2023, o InternetLab descobriu que os algoritmos mostram mais conteúdos que fazem as pessoas sentirem coisas fortes, mesmo que sejam falsos ou ruins para o debate público.

**Fake News e Desinformação: Ameaças à Integridade Democrática**

A desinformação é um dos principais problemas da política digital hoje em dia. As fake news são facilmente espalhadas em redes como WhatsApp e Telegram, e isso tem preocupado especialistas e instituições democráticas. Durante as eleições, vimos que perfis falsos, bots e campanhas de desinformação coordenadas tentaram manipular a opinião pública. Por isso, órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estão tomando medidas para conter a disseminação de conteúdos enganosos, mas o problema persiste. Em 2022, foram gastos R$ 87 milhões para publicar notícias falsas (TSE, 2023). Isso mostra que tem gente que ganha dinheiro com notícias falsas, gerando um comércio de incentivos financeiros, para a divulgação de notícias contra inimigos políticos como no caso do gabinete do ódio.

O Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020) foi criado para regular a atuação das plataformas digitais e aumentar a transparência na divulgação de informações. Mas ainda há debates intensos na sociedade sobre como equilibrar a liberdade de expressão com o combate à desinformação. A experiência europeia com a Digital Services Act (2022) mostra que é possível criar mecanismos eficazes de combate à desinformação sem ferir liberdades fundamentais. O Brasil poderia adaptar esse caminho à sua realidade.

**Ativismo Digital: Potencial e Limitações**

As redes sociais podem ser usadas para espalhar desinformação, mas também são ferramentas importantes para o ativismo digital. Movimentos como #EleNão, protestos contra cortes na educação e a favor da democracia mostraram o poder das plataformas digitais de aumentar o alcance das vozes e organizar manifestações que tiveram grande impacto. A facilidade de comunicação e a capacidade de engajamento fazem das redes sociais um espaço importante para a política de hoje. O movimento #VidasNegrasImportam, por exemplo, alcançou 58% de engajamento entre jovens brasileiros em 2020, mostrando o potencial transformador dessas ferramentas.

Mas o ativismo digital também tem seus desafios, como a efemeridade do engajamento online e a dificuldade de transformar mobilizações virtuais em mudanças estruturais na política tradicional. O "clicktivism" (ativismo baseado apenas em interações digitais, sem ações concretas no mundo real) é um exemplo disso. Uma pesquisa do DataFolha (2023) mostra que só 12% das pessoas que participaram de protestos online também foram a manifestações físicas. Isso mostra que há uma desconexão entre o mundo virtual e o real.

**O Futuro da Política Digital**

O impacto das redes sociais na política brasileira ainda está sendo construído. Com o tempo, isso pode mudar, pois as plataformas estão evoluindo e há novos regulamentos. A transparência algorítmica, o combate à desinformação e a criação de políticas de moderação de conteúdo serão fatores determinantes para o futuro da democracia digital. O Brasil precisa urgentemente de um conjunto de regras que equilibre a inovação tecnológica com a proteção da democracia. É possível aprender com experiências internacionais, como a Lei de Serviços Digitais da União Europeia.

Nos anos recentes, o cenário político brasileiro experimentou um período de expansão no âmbito digital, marcado pela elaboração de leis e normativas que visam estabelecer parâmetros e diretrizes para a utilização da internet e das redes sociais. Esse movimento pode ser compreendido como um protótipo de ideias, refletindo a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico aos desafios impostos pelo ambiente virtual.

**A regulamentação da desordem**

A Lei 14.155/2021, por exemplo, representou um marco significativo nesse processo, ao aumentar as penas para crimes cibernéticos, como furto, estelionato e fraude, quando cometidos por meio de dispositivos eletrônicos. A severidade das sanções aplicadas demonstra o reconhecimento do poder da tecnologia na prática de delitos, exigindo um aparato legal mais rígido para coibir tais crimes.

Ademais, o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) estabelece os princípios, direitos, deveres e garantias para o uso da internet no Brasil, funcionando como uma espécie de "Constituição da Internet". O Marco Civil da Internet define diretrizes para a privacidade dos usuários, a neutralidade da rede e a responsabilização de provedores de serviços.

Recentemente, outras propostas legislativas foram apresentadas com o intuito de aprimorar a regulamentação do ambiente digital. Dentre as propostas, destaca-se o Projeto de Lei 2763/2020, que determina que plataformas como redes sociais exijam CPF ou CNPJ dos usuários para acessar o conteúdo. O objetivo é reduzir a disseminação de perfis falsos e combater crimes como a disseminação de fake news. Já o PL 2630/2020, também denominado "PL das Fake News", propõe regras para garantir maior transparência nas redes sociais e responsabilizar as plataformas pelos conteúdos publicados, buscando um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de controle da desinformação.

Esse processo de legalização da internet no Brasil demonstra como a política se moldou diante dos desafios tecnológicos, estabelecendo marcos regulatórios que impactam diretamente a comunicação digital e o comportamento dos usuários no espaço virtual.O maior desafio será equilibrar o uso das redes sociais como um espaço de liberdade de expressão, garantindo que a política digital não seja dominada pela manipulação, polarização extrema e desinformação. O jeito que governos, empresas de tecnologia e a sociedade civil vão lidar com esses problemas vai ser muito importante para a saúde da democracia no Brasil e no mundo. Uma ideia é criar um Observatório Nacional de Democracia Digital, como o que existe em Portugal.

**Conclusão**

A política digital já é uma realidade e continuará influenciando as eleições e a democracia no Brasil. Porém, é preciso ficar atento aos problemas de polarização, desinformação e manipulação de opinião pública. Para a democracia e a participação política no país, é essencial ter liberdade de expressão e regras para as plataformas digitais, além de um ambiente saudável para o debate político. Para o futuro da política na internet, a sociedade, o governo e as empresas de tecnologia precisarão atuar de forma responsável. A experiência internacional mostra que soluções como educação midiática, transparência algorítmica e regulação inteligente podem contribuir para construir uma esfera pública digital mais saudável e democrática.

**Referências**

MARQUES, A. (2024). A polarização afetiva no Brasil: impactos e desafios para a democracia. Revista Brasileira de Política e Sociedade, 12(1), 45-59.

• REUTERS INSTITUTE. Digital News Report 2023. University of Oxford.

• TSE. Relatório sobre Desinformação nas Eleições 2022. Brasília, 2023.

• IPEA. Pesquisa sobre violência política no Brasil. 2024.

• FGV/DAPP. Estudo sobre polarização nas redes sociais. 2023.

CARTACAPITAL. Eleitor típico de Bolsonaro é homem branco de classe média e superior completo. **CartaCapital** [online], 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/eleitor-tipico-de-bolsonaro-e-homem-branco-de-classe-media-e-superior-completo/>. Acesso em: [20/01/25].